

Alerta Legislação nº 50, de 12 a 17 dez. 2016

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95**

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

■ **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94**

Altera o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.

Prefeitura de São Paulo

■ **PEDIDO OFICIAL DE DESCULPAS EM NOME DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**

Diante das revelações ora trazidas pela **Comissão da Memória e Verdade** e na condição de representante máximo do poder Executivo Municipal, estendo, em nome da Prefeitura de São Paulo, o pedido oficial de desculpas às vítimas de violações aos direitos humanos cometidas por seus agentes durante a ditadura militar ou para as quais tenha contribuído.

Este pedido de desculpas destina-se a todos aqueles e aquelas que deram suas vidas para o restabelecimento da democracia no Brasil. Aos que foram perseguidos, presos, torturados, assassinados por ação direta ou indireta da municipalidade e aos tiveram seus corpos ocultados em valas clandestinas em cemitérios públicos municipais. Dirige-se também a seus familiares, cuja luta incansável permitiu que pudéssemos avançar localmente na garantia do direito à memória, à verdade e à justiça.

Destina-se, ainda, a todos os servidores e servidoras que sofreram coação, constrangimento, demissão ou exoneração por razões políticas, bem como àqueles que tiveram suprimido seu direito à livre manifestação em decorrência de decisões municipais, muitas das quais emitidas por dirigentes não eleitos pelo povo paulistano.

Embora este ato jamais possa reparar os danos imateriais imensuráveis causados, representa ainda assim um gesto simbólico no sentido de reconhecer as responsabilidades do Estado brasileiro, em todas as esferas, na repressão a seus opositores e de caminhar rumo à uma cidade mais justa e democrática.

Não esqueceremos!

São Paulo-SP, 15 de dezembro de 2016.

FERNANDO HADDAD

DOE, Cidade de São Paulo, 16/12/2016, p. 1

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
15/12/2016	<u>LEI Nº 13.371, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.931, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, que aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais. <u>DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Declara luto oficial pelo falecimento do Cardeal Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Emérito de São Paulo.
13/12/2016	<u>LEI Nº 13.370, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário. <u>LEI Nº 13.369, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.930, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, para modificar a composição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.
12/12/2016	<u>DECRETO Nº 8.929, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta os arts. 1º, 2º, 3º e 13 da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95</u> Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. <u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94</u> Altera o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações

	judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.
Presidência da República (PR)	CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) <u>RESOLUÇÃO Nº 125, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC, a Lista de Exceções à TEC e a Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações - BIT para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2017). <u>RESOLUÇÃO Nº 124, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova as regras regimentais do Comitê Nacional de Investimentos - Coninv.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 265, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica declarado estado de emergência fitossanitária relativo ao risco de surto da praga Helicoverpa armigera nas Mesorregiões Leste e Sul do Estado do Maranhão, para implementação do plano de supressão da praga e adoção de medidas emergenciais. Parágrafo único. As diretrizes e medidas a serem adotadas são as previstas na Portaria nº 1.109, de 6 de novembro de 2013. (...) <u>PORTARIA Nº 264, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Publicar o preço mínimo básico da uva industrial 15º glucométricos, da safra 2016/17, para os Estados das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, de R\$0,92/kg, fixado pelo Conselho Monetário Nacional pelo Voto CMN 96/2016. (...)
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 318, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Portaria n.º 95, de 17 de setembro de 2014, que regulamenta os procedimentos e as disposições relativas ao acesso, execução e prestação de contas dos recursos destinados às atividades de Mobilização Social e Planejamento da Gestão do Programa Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), instituído pela Portaria Interministerial n.º 401, de 9 de setembro de 2010. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes.

Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA nº 1.459, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam redistribuídos, do Ministério da Educação - MEC, para as Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo I a esta Portaria. (...) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 22, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. <u>PORTARIA Nº 1.442, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Disciplina os procedimentos para apuração de denúncias de irregularidades praticadas pelas Instituições de Educação Superior - IES no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 654, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o prazo para a realização de aditamento de contrato de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 49, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros do ano de 2016 para garantir o fomento e a execução de ações da Bolsa-Formação, no âmbito do Pronatec.
Ministério da Fazenda (MF)	COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL (CGSN) <u>RESOLUÇÃO Nº 132, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o parcelamento previsto no art. 9º da Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. <u>RESOLUÇÃO Nº 131, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional. <u>RESOLUÇÃO Nº 130, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a adoção pelos Estados e pelo Distrito Federal de sublimites de receita bruta acumulada auferida, para efeito de recolhimento do ICMS no ano-calendário de 2017. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.677, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o parcelamento especial de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016.
Ministério da	GABINETE DO MINISTRO (GM)

Justiça e Cidadania	<u>PORTARIA Nº 1.365, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta o funcionamento do Sistema de Doações e Equipagem - SIDE, do Ministério da Justiça e Cidadania SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (SNJ) → Comitê Nacional Para os Refugiados (CONARE) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 23 DE 30 DE SETEMBRO DE 2016</u> Estabelece procedimentos de solicitação de passaporte e viagem ao exterior para pessoas refugiados e solicitantes de refúgio
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.717, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece os critérios e os procedimentos específicos para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional, no âmbito do Ministério da Saúde, com vistas à percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura (GDAIE). <u>PORTARIA Nº 2.685, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Autoriza o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF). <u>PORTARIA Nº 2.684, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de rever as diretrizes de vigilância e manejo de reservatórios da leishmaniose visceral, no âmbito do Ministério da Saúde. <u>PORTARIA Nº 2.682, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui, para o ano de 2016, o incentivo financeiro destinado aos Estados e ao Distrito Federal para fortalecimento das ações de vigilância sanitária relacionadas ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), na forma do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde. <u>PORTARIA Nº 2.680, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui, para o ano de 2016, no âmbito do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, incentivo financeiro destinado à organização e fortalecimento do processo de descentralização das ações de Vigilância Sanitária. <u>PORTARIA Nº 2.676, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Autoriza complementação do repasse dos valores de recursos federais relativos ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos Agentes de Combate às Endemias (IF) e à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 133, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que

	contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 14, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a regularidade de uso dos insumos farmacêuticos ativos dispostos na Instrução Normativa nº 3 de 28/06/2013 → Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.377, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto cosmético, ÁLCOOL GEL ADATA - Álcool Etilico Hidratado 65º INPM, fabricado pela empresa Soap Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza Ltda - ME (CNPJ 54.451.455/0001-52). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.333, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas ao suplemento vitamínico mineral em cápsulas da marca ATIVEMAX/ATIVIMAX, fabricado pela empresa LUCIELEN PELIZER BOMBASSARO - ME (CNPJ 17.531.430/0001-32), divulgados e comercializados pela empresa ATIVE PARTICIPAÇÕES LTDA - ME (CNPJ 19.050.674/0001-29), sito à Rua Cp-9, 34, Quadracp- (...) SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) <u>PORTARIA Nº 68, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui a Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais em IST, HIV/Aids e Hepatites Virais e dá outras providências.
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União	OUVIDORIA GERAL DA UNIÃO <u>PORTARIA Nº 3.681, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta a remessa de dados e informações à Ouvidoria-Geral da União.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 606, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o distrato dos contratos de beneficiários de unidades habitacionais produzidas com recursos provenientes da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 645, DE 14 DE DEZEMBRO 2016</u> Altera o Anexo I da Resolução CONTRAN nº 593, de 24 de maio de 2016, que estabelece as especificações de fabricação e instalação de para-choques traseiros nos veículos de fabricação ou importados das

	categorias N2, N3, O3 e O4. <u>RESOLUÇÃO Nº 644, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a tabela da alínea "a" do subitem 4.2 do Anexo IX da Resolução CONTRAN nº 445, de 25 de junho 2013, que estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte público coletivo de passageiros tipos micro-ônibus e ônibus da categoria M3. <u>RESOLUÇÃO Nº 643, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o emprego de película retrorrefletiva em veículos. <u>RESOLUÇÃO Nº 642, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Acresce o parágrafo único ao art. 5º da Resolução CONTRAN nº 468, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre acionadores energizados para janelas energizadas, teto solar e painel divisor de veículos automotores e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 641, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do Sistema de Controle de Estabilidade, nos veículos M2, M3, N2, N3, O3 e O4 novos saídos de fábrica, nacionais e importados. <u>RESOLUÇÃO Nº 640, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 211, de 13 de novembro de 2006, que estabelece requisitos necessários para circulação de Combinações de Veículos de Carga (CVC).
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 791, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Homologação do Resultado Final do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2016
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 750, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera o Submódulo 6.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata do procedimento de cálculo da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) para a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 318, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece normas gerais para o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a convocação ordinária da XI Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 303, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 295, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u>

	Dispõe acerca do financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, implementadas por meio do Programa Primeira Infância no SUAS. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 22, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Posiciona-se contrário à Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 287, de 2016, e requisita ao Congresso Nacional a supressão da alteração do art. 203 da Constituição Federal de 1988. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 13, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre desafetação de bens imóveis residenciais, alterando a destinação e autorizando alienação. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>PORTARIA Nº 51, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece a metodologia utilizada para a definição das metas de execução e dos limites financeiros a serem disponibilizados aos Municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 325, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 317, de 25 de setembro de 2015, que estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto Bens de Informática. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 324, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 316, de 25 de setembro de 2015, que estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto Bens de Informática, industrializados na Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 323, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "MÁQUINA DE AUTOATENDIMENTO PARA CONTAR MOEDA", industrializado na Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 322, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "MÁQUINA DE AUTOATENDIMENTO PARA CONTAR MOEDA" INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 559, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico Metrológico (RTM) estabelecendo os requisitos técnicos, metrológicos e de segurança de software e hardware aplicáveis às bombas medidoras de

	combustíveis líquidos utilizadas nas medições de volume, disponibilizado no sítio http:// www. inmetro. gov. br/ legislacao. (...) SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (SCS) SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>PORTARIA Nº 52, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Encerrar o procedimento especial de verificação de origem não preferencial com a desqualificação da origem Vietnã para o produto fios de náilon, classificado nos subitens 5402.31.11, 5402.31.19 e 5402.45.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul, declarado como produzido pela empresa ITALON COMPANY LIMITED. (...) <u>PORTARIA Nº 51, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Encerrar o procedimento especial de verificação de origem não preferencial com a qualificação da origem Vietnã para o produto fios de náilon, classificado no subitem 5402.45.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), declarado como produzido pela empresa FORMOSA INDUSTRIES CORPORATION. (...)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º. A Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014 passa a vigorar com as seguintes alterações: (...) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 105, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui o Núcleo de Gestão Integrada do Amapá Central - ICMBio/Amapá Central, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial de unidades de conservação federais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 399, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Art.1º Autorizar as Universidades Federais, vinculadas ao Ministério da Educação, a darem provimento a 150 (cento e cinquenta) cargos isolados de Professor Titular-Livre do Magistério Superior, de que trata a <u>Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012</u>, cujo concurso público foi autorizado pela Portaria MP nº 159, de 21 de maio de 2014, conforme distribuição constante no Anexo a esta portaria.

Ministério do Trabalho	CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 829, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera da Resolução nº 742, de 2014, com o objetivo de alterar os critérios para aplicação dos recursos alocados à SIT a título de remuneração da fiscalização do FGTS. <u>RESOLUÇÃO Nº 828, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Autoriza o resgate de cotas de recursos do FI-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações no exercício de 2015. <u>RESOLUÇÃO Nº 834, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Prorroga, até 31 de março de 2017, a execução da campanha publicitária de que trata a Resolução nº 795, de 2015, e a utilização dos recursos remanescentes. CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 780, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece diretrizes básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE. <u>RESOLUÇÃO Nº 779, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, nos termos do art. 239 da Constituição Federal. <u>RESOLUÇÃO Nº 778, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Resolução nº 762, de 9 de maio de 2016, que institui a Linha de Crédito denominada PROGER Urbano - Capital de Giro, no âmbito do PROGER Urbano.
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL <u>RESOLUÇÃO Nº 401, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a inclusão do preço da passagem aérea no cartão de embarque. <u>RESOLUÇÃO Nº 400, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo. <u>RESOLUÇÃO Nº 399, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui os Grupos Brasileiros de Segurança Operacional - BAST.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR

17/12/2016	<u>DECRETO Nº 62.315, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera os Decretos 53.051/08, 53.826/08 e 54.904/09, que tratam, respectivamente, do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor, dos Incentivos no Âmbito dos Parques Tecnológicos e do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados <u>DECRETO Nº 62.314, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. <u>DECRETO Nº 62.313, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 62.312, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 62.311, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 62.310, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o Fundo de Aval do Estado de São Paulo, instituído pela Lei nº 10.016, de 29 de junho de 1998, e dá providências correlatas
16/12/2016	<u>DECRETO Nº 62.309, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Revoga o artigo 11 do Decreto nº 52.102, de 29 de agosto de 2007, que dispõe sobre a constituição da Companhia Docas de São Sebastião e dá providências correlatas
15/12/2016	<u>LEI Nº 16.337, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a reformulação do Programa Acessa São Paulo, reestruturado pelo Decreto nº 52.897, de 11 de abril de 2008, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.305, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a concessão da Medalha dos Bandeirantes <u>DECRETO Nº 62.304, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u>

	Dispõe sobre a oficialização da Ordem do Mérito MMDC, do Núcleo MMDC "Caetano de Campos", da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo <u>DECRETO Nº 62.303, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Declara luto oficial no Estado por 3 (três) dias pelo falecimento de DOM PAULO EVARISTO ARNS
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 170, DE 16-12-2016</u> Dispõe sobre os procedimentos das Comissões Técnicas de Classificação - CTC - nos Estabelecimentos Prisionais do Estado de São Paulo
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 63, DE 16-12-2016</u> Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Municípios paulistas, para fornecimento de alimentação escolar aos alunos das escolas da rede pública estadual de ensino, e dá providências correlatas
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF - 95, DE 15-12-2016</u> Divulga os índices percentuais de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS, para aplicação no exercício de 2017 <u>RESOLUÇÃO SF 94, DE 14-12-2016</u> Altera a Resolução SF-61/08, de 05-11-2008, que dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 700, DE 15-12-2016</u> Invalida a Deliberação ARSESP 517 de 28-10-2014 e a Nota Técnica Final nº RTG/02/2014, expedidas no âmbito da Terceira Revisão Tarifária periódica das concessionárias de gás canalizado do Estado de São Paulo, referenda o relatório de contribuições recebidas e reabre o prazo da Consulta Pública ARSESP 02/2014 para recebimento de novas contribuições e sugestões
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 100, DE 14-12-2016</u> Dispõe sobre a instituição de Comitês Temáticos, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente

	<u>RESOLUÇÃO SMA - 98, DE 14-12-2016</u> Dispõe sobre a suspensão das autuações e dos autos de infração ambiental, referentes às áreas de preservação permanente, reserva legal e de uso restrito, com uso rural consolidado, no período pré e pós implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA, e dá outras providências
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) <u>DELIBERAÇÃO CRH - 193, DE 14-12-2016</u> Conhece e provê recurso administrativo interposto sobre a emissão dos boletos da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas UGRHI Tietê/Batalha-TB e Tietê/Jacaré-TJ <u>DELIBERAÇÃO CRH - 192, DE 14-12-2016</u> Aprova a minuta de Anteprojeto de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Cotia – APRM-AC <u>DELIBERAÇÃO CRH - 191, DE 14-12-2016</u> Dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros do FEHIDRO referentes ao ano de 2017, e os percentuais para distribuição entre os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos <u>DELIBERAÇÃO CRH - 190, DE 14-12-2016</u> Aprova a revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos <u>DELIBERAÇÃO CRH - 189, DE 14-12-2016</u> Aprova o relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo – base 2015 <u>DELIBERAÇÃO CRH - 188, DE 9-11-2016</u> (Referendada em 14-12-2016). Estabelece o formato e o cronograma de entrega dos Planos de Bacias Hidrográficas – PBH e dá providências suplementares relativas à apuração dos indicadores de distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO <u>DELIBERAÇÃO CRH - 186, DE 5-8-2016</u> (Referendada em 14-12-2016) Aprova indicação ao FEHIDRO de empreendimento relativo aos Planos Municipais de Saneamento
Secretaria de Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-116, DE 15-12-2016</u> Institui a publicação de dados estatísticos do Corpo de Bombeiros <u>RESOLUÇÃO SSP-115, DE 15-12-2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação consular nos casos de prisão de estrangeiros
Universidade de Campinas	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-31, DE 14-12-2016</u>

(UNICAMP)	Implanta a Secretaria de Comunicação da Unicamp - SEC, em consonância com a Política de Comunicação da Unicamp CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-20, DE 29-11-2016</u> Altera a Deliberação Consu-A-16/16, que fixa Normas e Calendário para a Consulta à Comunidade para a Escolha do Reitor
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO USP-7.290, DE 14-12-2016</u> Dispõe sobre taxa de promoção da pesquisa, ensino, cultura e extensão na Universidade e critérios de isenção <u>RESOLUÇÃO USP-7.289, DE 14-12-2016</u> Altera dispositivo do Regimento Geral da Universidade de São Paulo <u>RESOLUÇÃO USP-7.288, DE 14-12-2016</u> Altera e acrescenta dispositivos no Regimento Geral da Universidade de São Paulo <u>RESOLUÇÃO USP-7.287, DE 14-12-2016</u> Altera e acrescenta dispositivos no Estatuto da Universidade de São Paulo
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
17/12/2016	<u>PROJETO DE LEI Nº 933, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento opcional do ensino da "Linguagem de Programação de Códigos" nas escolas do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 17/12/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 932, DE 2016</u> Altera a Lei n. 13.550, de 02 de junho de 2009, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas DOE, Legislativo, 17/12/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 931, DE 2016</u> Dispõe sobre obrigatoriedade da certificação sobre a veracidade das declarações emitidas por empresas ou cooperativas/associações, participantes de licitações públicas em qualquer das suas modalidades, e dá outras providências correlatas. DOE, Legislativo, 17/12/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 930, DE 2016</u> Dispõe sobre a contratação de percentual mínimo de trabalhadores idosos nos quadros funcionais de empresas privadas do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 17/12/2016, p. 10

16/12/2016

PROJETO DE LEI Nº 925, DE 2016

Veda ao município que tolera o acúmulo de função motorista/cobrador de empresas públicas e privadas, concessionárias de serviço de transporte coletivo a assinatura de convênios com o Governo do Estado de São Paulo nas áreas de transportes e mobilidade urbana.

[DOE, Legislativo, 16/12/2016, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 924, DE 2016

Classifica Igarapava como Município de Interesse Turístico

[DOE, Legislativo, 16/12/2016, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 923, DE 2016

Classifica Itapira como Município de Interesse Turístico

[DOE, Legislativo, 16/12/2016, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 922, DE 2016

Classifica Ituverava como Município de Interesse Turístico

[DOE, Legislativo, 16/12/2016, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 921, DE 2016

Classifica São José do Rio Pardo como Município de Interesse Turístico

[DOE, Legislativo, 16/12/2016, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 919, DE 2016

Obriga as farmácias e drogarias do Estado de São Paulo a manter recipientes para a coleta de medicamentos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, deteriorados ou com prazo de validade expirado, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 16/12/2016, p. 8](#)

PROJETO DE LEI Nº 918, DE 2016

Declara a Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes, patrimônio cultural imaterial do Estado.

[DOE, Legislativo, 16/12/2016, p. 8](#)

15/12/2016

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 2016

Dispõe sobre o reenquadramento de cargos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa - QSAL e dá outras providências

[DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 12](#)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 2016

Dispõe sobre o Adicional de Qualificação aos servidores do Quadro de Servidores da Assembleia Legislativa

[DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 12](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 915, DE 2016

Classifica Borborema como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 914, DE 2016

Classifica o município de Sarapuí como município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 14](#)

	<u>PROJETO DE LEI Nº 910, DE 2016</u> Dispõe sobre a divulgação do disque 100 e do aplicativo proteja Brasil nos prédios públicos no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 909, DE 2016</u> Classifica Caieiras como município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 908, DE 2016</u> Determina que a música caipira de raiz seja incluída na Virada Cultural do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 907, DE 2016</u> Dispõe sobre a inclusão obrigatória da prática de música erudita no currículo escolar das escolas públicas de ensino médio e fundamental. DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 903, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir, em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Educação, a Coordenadoria de Atendimento Pedagógico Especializado, na Capital e Região Metropolitana de São Paulo DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 13 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA RESOLUÇÃO Nº 10/2016 (TC-A-63433/026/90) Cancela e introduz alterações nas Súmulas de jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (...) DOE, Legislativo, 15/12/2016, p. 32
14/12/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 902, DE 2016</u> Classifica como de Interesse Turístico o Município de Lins. DOE, Legislativo, 14/12/2016, p. 11
13/12/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 899, DE 2016</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Patrocínio Paulista como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 13/12/2016, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 896, DE 2016</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Votuporanga como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 13/12/2016, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 895, DE 2016</u>

	Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 257, de 29 de maio de 1970, que dispõe sobre a finalidade e organização básica do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 13/12/2016, p. 12 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2016</u> Altera dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa - Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, e suas alterações posteriores A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO RESOLVE: Artigo 1º - O artigo 49 da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com alterações posteriores, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos: "Artigo 49 - (...) § 1º - As audiências públicas promovidas pelas Comissões Permanentes e Temporárias, somente, serão iniciadas se houver a presença de um terço dos membros que as integram. § 2º - Para efeito de abertura dos trabalhos, o quórum dar-se-á pela presença no recinto onde se realizará a reunião ou audiência, à hora designada para o seu início. (...) DOE, Legislativo, 13/12/2016, p. 12 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) Balancos <u>BALANCETE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u> do 5º Bimestre de 2016, elaborado em cumprimento ao parágrafo 2º, do artigo 170 da Constituição Estadual. DOE, Legislativo, 13/12/2016, p. 24 SUPLEMENTO <u>RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O CRESCIMENTO DA OBESIDADE INFANTIL NO ESTADO.</u>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
17/12/2016	Suplemento <u>DECRETOS</u> <u>DECRETO Nº 57.537, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes nele estabelecidos, articulado à revisão da nova disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo instituída pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; bem como orienta a elaboração e aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

16/12/2016

PEDIDO OFICIAL DE DESCULPAS EM NOME DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Diante das revelações ora trazidas pela **Comissão da Memória e Verdade** e na condição de representante máximo do poder Executivo Municipal, estendo, em nome da Prefeitura de São Paulo, o pedido oficial de desculpas às vítimas de violações aos direitos humanos cometidas por seus agentes durante a ditadura militar ou para as quais tenha contribuído.

Este pedido de desculpas destina-se a todos aqueles e aquelas que deram suas vidas para o restabelecimento da democracia no Brasil. Aos que foram perseguidos, presos, torturados, assassinados por ação direta ou indireta da municipalidade e aos tiveram seus corpos ocultados em valas clandestinas em cemitérios públicos municipais. Dirige-se também a seus familiares, cuja luta incansável permitiu que pudéssemos avançar localmente na garantia do direito à memória, à verdade e à justiça.

Destina-se, ainda, a todos os servidores e servidoras que sofreram coação, constrangimento, demissão ou exoneração por razões políticas, bem como àqueles que tiveram suprimido seu direito à livre manifestação em decorrência de decisões municipais, muitas das quais emitidas por dirigentes não eleitos pelo povo paulistano. Embora este ato jamais possa reparar os danos imateriais imensuráveis causados, representa ainda assim um gesto simbólico no sentido de reconhecer as responsabilidades do Estado brasileiro, em todas as esferas, na repressão a seus opositores e de caminhar rumo à uma cidade mais justa e democrática.

Não esqueceremos!

São Paulo-SP, 15 de dezembro de 2016.

FERNANDO HADDAD

DOE, Cidade de São Paulo, 16/12/2016, p. 1

DECRETO Nº 57.536, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Regulamenta a Transferência do Direito de Construir nos casos em que não há doação do imóvel cedente, prevista nos artigos 124 e 125 da [Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014](#) - Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - PDE.

DECRETO Nº 57.535, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Regulamenta a Transferência do Direito de Construir com Doação de Imóvel, nos termos dos artigos 123, 126, 127, 128, 130 e 131 da [Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014](#) - Plano Diretor Estratégico - PDE.

DECRETO Nº 57.533, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Regulamenta a [Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016](#), que institui a Política Municipal para a População Imigrante.

COMUNICADO

DEC - DOMICÍLIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO PAULISTANO

A [Lei nº 15.406/2011](#), regulamentada pelo [Decreto nº 56.223/2015](#) e normatizada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 14/2015, instituiu o DEC - Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano, o qual consiste em uma caixa postal para comunicação eletrônica entre a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico e o contribuinte. Dessa forma, as comunicações desta Secretaria serão feitas por meio eletrônico, dispensando-se a publicação no Diário Oficial da Cidade, a notificação ou intimação pessoal ou o envio por via postal.

	Para informações sobre obrigatoriedade, como se credenciar, prazo para leitura das mensagens e demais informações, acesse a página do DEC no <i>site</i> da Secretaria de Finanças. DOE, Cidade de São Paulo, 16/12/2016, p. 5
15/12/2016	<u>DECRETO Nº 57.532, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.510, de 20 de dezembro de 2011, e da Lei nº 14.133, de 20 de janeiro de 2006, bem como altera o Decreto nº 47.455, de 12 de julho de 2006, todos referentes à carreira de Auditor-Fiscal Tributário Municipal. <u>DECRETO Nº 57.531, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 16.193, de 5 de maio de 2015, no que se refere aos eventos funcionais que especifica da carreira de Auditor Municipal de Controle Interno – AMCI, do Quadro dos Profissionais de Gestão Governamental – QPGG. <u>DECRETO Nº 57.530, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Introduz alterações no artigo 1º do Decreto nº 55.832, de 9 de janeiro de 2015, que estabelece a obrigatoriedade de ressarcimento ao Erário nas hipóteses que especifica de afastamento de servidores públicos do Poder Executivo. Suplemento <u>RELATÓRIO</u> Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo
13/12/2016	<u>LEI Nº 16.587, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (Projeto de Lei nº 12/15, do Vereador Nabil Bonduki – PT) Dispõe sobre a autogestão na moradia e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 57.528, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a reorganização e as atribuições da Secretaria Municipal de Cultura, cria e altera a denominação de equipamentos culturais, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista

mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107